

POLÍTICAS DE CULTURA NO CEARÁ

MODERNOS E DISTINTOS

Política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998)

Alexandre Barbalho¹

RESUMO

Este artigo discute o processo de modernização nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes, conhecido como Governo das Mudanças, e sua relação com o campo cultural cearense. Ou em outros termos, como a cultura política da modernização se configurou em política cultural que funcionasse como elemento de atualização e de distinção nesse campo.

Palavras-chave: Política cultural; Modernização; Distinção

ABSTRACT

This paper discusses the modernization process during the Tasso Jereissati and Ciro Gomes administrations, known as the "Change Governments", and its relationships with the cultural fields of Ceara State. In other terms, it discusses how the political culture of modernization has configured into a cultural policy would act as an up-to-date and differentiation element in this field.

Keywords: Cultural Policy; Modernization; Differentiation

1 INTRODUÇÃO

A partir das eleições de 1986, começou um novo momento na história política do Ceará: o dos Governos das Mudanças capitaneados pelos governadores Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) e Ciro Gomes (1991-1994).

Contrapondo-se aos coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals que dominaram a política cearense entre as décadas de 1970-1980, e identificados por seus opositores às forças conservadoras e tradicionais, a Geração das Mudanças propunha modernizar o Ceará. Uma geração formada em seu núcleo inicial por jovens empresários ingressos na política com o objetivo de desenvolver o estado que se encontrava, segundo avaliavam, em situação de atraso e miséria.

O embate entre empresariado e coronelismo, modernidade e tradição, desenvolvimento e atraso, marcou não só as eleições de 1986, mas boa parte da cultura política cearense desde então com a fixação do pólo opositivo empresários/modernidade versus coronéis/tradição.

¹ Professor Adjunto do PPG em Políticas Públicas e Sociedade – UECE - Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Dessa forma, em contraposição à figura do coronel, relacionado a uma economia rural de feição pré-capitalista e a práticas de clientelismo e mandonismo, se organizou a campanha do candidato Tasso Jereissati (Movimento Pró-Mudanças - PMDB, PC do B, PCB e PDC) ao governo do Estado. A sua candidatura, contrária ao pólo representado por Aduino Bezerra (Coligação Democrática - PDS, PFL e PTB), seria a da modernidade política e econômica. O slogan “O Brasil Mudou. Mude o Ceará” apoiava-se nas mudanças em curso no cenário nacional para reforçar a luta local contra as “forças retrógradas do coronelismo”.

Tasso era o “candidato da mudança” que sinalizava com a transferência para a gestão pública dos preceitos e fórmulas da gerência privada. Seu nome virou uma marca construída a partir da figura do jovem e bem sucedido empresário decidido a entrar na política por amor à causa pública. Como situa Irllys Barreira (2002), o discurso da campanha apresentado por Tasso estava pontuado por palavras tais como “modernidade” e “racionalização” que sinalizavam uma “nova era” caso fosse eleito.

Foram as primeiras eleições para governador conduzidas sem os limites impostos pela Lei Falcão que regulamentava a propaganda eleitoral. Estando livres do formato “retrato e voz em off” que marcou os processos eleitorais anteriores, os candidatos puderam experimentar novas formas de campanha política onde a publicidade e a mídia ganharam local de destaque.

Tasso Jereissati, desde o início, criou uma estrutura profissional e cara de marketing. Para Rejane Carvalho (1999) sua campanha foi pioneira e exemplar no Brasil do “padrão midiático publicitário” da política, padrão marcado pela transferência das técnicas de marketing para as disputas eleitorais. Um de seus pressupostos é que a política assumira sua condição de mercadoria. Importa situar que o padrão midiático publicitário da política não foi ativado apenas em época de eleições, mas se tornou um investimento recorrente dos Governos das Mudanças com o intuito de estabelecer o que Carvalho (2001) denomina de “imagem marca das mudanças” - um reforço para que o continuísmo dos governos mudancistas (Tasso-Ciro-Tasso-Tasso-Lúcio) fosse positivado.

Assim, os Governos das Mudanças não pouparam esforços para garantir a “mostrabilidade” de suas ações, tanto ao produzir fatos geradores de notícias, quanto no investimento em publicidade institucional. Dessa forma, o padrão midiático publicitário posto em ação pelos candidatos dos Governos das Mudanças é um dos recursos possíveis na busca de visibilidade, ou seja, de espaços no campo midiático, local privilegiado da esfera pública contemporânea.

De modo geral, a marca dos Governos das Mudanças é seu projeto de racionalizar a administração otimizando o serviço público e de implantar políticas de desenvolvimento econômico, seguindo a lógica da modernização, com sua preocupação

com “investimentos públicos racionais, visando ganhos políticos e econômicos” (BARREIRA, 2002, p. 78).

Aqui cabe recorrer às observações de Renato Ortiz quando diz que se é inegável o processo de modernização pelo qual passou a sociedade brasileira (nesse caso específico, a cearense), também é fato a permanência de elementos tradicionais re-significados nos contextos urbano-industriais. A afirmação constante do que seja moderno funciona como “elementos de distinção entre objetos, aspirações, estilos de vida” e procura se impor como hegemônico e paradigmático (ORTIZ, 1993, p. 44). Os elementos identificados com a modernização funcionam, assim, como um sistema classificatório, onde atitudes “modernas” valem mais que as “tradicionais”.

A questão é observar como o processo de modernização dos Governos das Mudanças foi introduzido no campo cultural por meio das políticas de governo. Ou em outros termos, como a cultura política da modernização se configurou em política cultural que funcionasse como elemento de atualização e de distinção nesse campo.

2 A POLÍTICA CULTURAL DA MODERNIZAÇÃO E DA DISTINÇÃO

Na realidade, seria interessante falarmos no plural, ou seja, em políticas culturais, para podermos acompanhar a dinâmica das relações entre Estado e cultura no Ceará no período abordado.

Em um primeiro momento, o Governo Tasso não identificou o papel que a área cultural poderia desempenhar no projeto de se estabelecer a imagem do Ceará moderno. Quando isto ocorreu, ou seja, quando se percebeu a capacidade da cultura em agregar valores de distinção, ela passou a receber atenção crescente por parte do Governo Estadual – atenção nunca antes vista no Ceará.

Tal relacionamento se reforça quando a cultura foi vista também como um setor que podia reforçar o desenvolvimento econômico do estado; que podia ser agregada ao processo de modernização, inclusive assumindo papel de ponta, afinado às principais linhas de força da economia global: a informação.

Pierre Bourdieu afirmou, certa vez, que “no fundo é muito mais fácil ser progressista no terreno da política geral do que no terreno da política cultural” (Bourdieu, 1983, p. 49). Adaptando às nossas circunstâncias, diria que para o grupo mudancista era mais fácil assumir uma postura progressista no que diz respeito à administração pública e ao projeto desenvolvimentista do Estado do que propor uma política renovadora na área da cultura.

A nomeação da secretária Violeta Arraes significou o primeiro passo para que a Secretaria de Cultura (Secult) alcançasse legitimidade e prestígio no Governo das Mudanças. E, ao mesmo tempo, conquistasse poder de distinção e diferenciação, cujo maior beneficiado era o próprio projeto mudancista. A passagem de Arraes pela Secult foi um período de ebulição. Não é possível afirmar que a secretária tenha elaborado uma política cultural definida, mas podemos reunir suas ações nesse período em três linhas. A primeira, e a principal delas, foi a recuperação dos espaços físicos pertencentes à Secult.

A segunda linha de atuação da Secult foi a promoção de eventos de grande porte que ganhavam a atenção da imprensa. Por fim, a terceira linha de ação da Secult foi a tentativa de instalação de um pólo de cinema no Ceará. Com a implementação destes programas é possível dizer que a Secult conseguiu capitalizar e legitimar minimamente a cultura no interior da estrutura estatal e diante de amplos setores sociais.

Com o fim do governo Tasso, seu sucessor foi o então prefeito de Fortaleza Ciro Gomes, representando a continuidade do projeto mudancista, ainda que com forte marca pessoal. No início de 1993, Ciro Gomes anunciou o publicitário e jornalista Paulo Linhares como secretário de cultura.

Como observa Glória Diógenes, Ciro preocupava-se em construir esteticamente sua imagem e seu governo. Havia, naquele momento, “um investimento no sentido de dar realce e visibilidade ao protagonista da cena política”. Por meio de sua imagem em evidência se produziram “valorações simbólicas acerca da política, do Estado, da economia, de si próprio, do seu governo etc” (DIÓGENES, 2002, p. 112). O governador sabia que a recorrência das imagens garantia a efetivação de sua marca e atuava na interpenetração entre a sedução e a política. E a cultura, via Secult, podia assumir aí um papel importante.

A nomeação de Linhares e de outros integrantes de sua equipe, ligados direta ou indiretamente a diversas áreas da comunicação, sinalizam o posicionamento da Secult como espaço privilegiado de publicização do governo, ocupando, então, um lugar de destaque na máquina administrativa do Estado.

Ao assumir o cargo, Paulo Linhares afirmou que a meta de sua gestão era colocar Fortaleza no mapa da discussão intelectual nacional e internacional, transformá-la na metrópole cultural do Nordeste. Para tanto, a política da Secretaria precisava romper com o que Linhares qualificava de provincianismo do campo cultural local². Para tanto, apresentou um Plano de Ações Culturais. Com essas atribuições, podemos pensar em Paulo Linhares como um intelectual que reunia as qualidades do ideólogo e do experto.

Para Norberto Bobbio, o intelectual ideólogo elabora “princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é ‘legitimada’,

² “A cultura de Paulo Linhares”, in *O Povo*, Fortaleza, 13 de fevereiro de 1993. Vida & Arte, p. 01.

pelo fato de estar conforme aos valores acolhidos como guia da ação” (Bobbio, 1997, p. 73). Assim procedia Linhares em seus artigos e entrevistas em jornais, justificando a ação da Secult em uma análise da sociedade contemporânea baseada na economia da informação e do conhecimento.

Já o intelectual experto é o que indica “os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim”, fazendo com que “a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo” (BOBBIO, 1997. p. 74). Era o que fazia Linhares, ao tornar pública, através de planos e documentos, uma política cultural que se queria planejada, racional.

De fato, a Secult viveu um período intenso com projetos de formação, com a presença de professores de todo o país, no teatro, artes plásticas, cinema e vídeo; a construção de um centro cultural; e eventos sistemáticos como feira de livro, festival de cinema etc. No governo seguinte, o segundo de Tasso Jereissati (1995-1998), Paulo Linhares permaneceu no cargo, ampliando a programação da Secult e amadurecendo seu projeto de política cultural, em especial a parte voltada para a indústria cultural. Sua principal ação nesse sentido foi a criação em 1996 do Instituto Dragão do Mar com coordenação geral do cineasta Maurício Capovilla que ofertava cursos de dança, teatro, cinema, design e gestão cultural. No Instituto funcionava, ainda, o Centro de Estudos de Dramaturgia, dirigido pelo cineasta Orlando Senna e com professores convidados de várias cidades brasileiras e do exterior.

3 CONCLUSÃO

De uma Secretaria desprestigiada e negociada em acordos políticos a uma Secretaria que ocupa lugar estratégico (econômico, político e simbólico) dentro do projeto de poder do grupo mudancista: como compreender o trajeto do setor cultural nos Governos das Mudanças?

É possível compreender essa trajetória quando se acompanha a crescente relação da Secult com o projeto maior dos Governos Mudancistas: o da modernização. Com as duas gestões seguidas de Paulo Linhares, a Secult passou a ser prestigiada por apresentar uma política cultural definida e afinada aos ideais de modernização do grupo mudancista, bem como ao padrão midiático publicitário de seus governos.

Podemos compreender, portanto, a atuação de Vileta Arraes e, em especial, de Paulo Linhares (e suas respectivas equipes de trabalho) dentro da lógica do poder simbólico. Através de suas ações na cultura, os secretários procuraram garantir este poder

invisível, de enunciação, de fazer ver e fazer crer. Pois a cultura é o campo privilegiado para conformar ou transformar visões de mundo.

A Secult, equipada com privilegiados instrumentos de conhecimento e de comunicação, ou em outras palavras, com metacapital estatal, tornou-se local estratégico para os Governos das Mudanças que procuravam garantir a integração social e o consenso acerca do projeto mudancista. Os secretários Violeta Arraes e Paulo Linhares são os técnicos mudancistas da cultura, os especialistas da produção simbólica dos Governos das Mudanças. A Secult procurou corresponder às expectativas da sociedade no que se refere à promoção da cultura, bem como aos interesses do grupo mudancista em se distinguirem de seus concorrentes no campo do poder – o que não significa que não possuíssem opositores ou críticos, afinal atuavam no interior de um campo cultural onde os diversos agentes lutavam para impor suas regras e valores.

Entre os rendimentos possíveis obtidos pelo capital simbólico estão o valor e o lucro de distinção – “o lucro que proporciona a diferença, o distanciamento, que separa do comum” (Bourdieu, 1983, p. 09). No caso específico da Secult, podemos perceber o processo de distinção tanto através dos serviços e produtos culturais promovidos pela instituição, quanto no investimento publicitário, ou melhor, na implantação do padrão midiático publicitário na área da cultura. Ou seja, a atuação da Secult funciona no conjunto do governo como uma expressão distintiva, pois procura demarcar uma posição privilegiada no espaço social (interno e externo ao Ceará). É uma expressão que separa, distingue, mas também une.

O investimento da Secult em criar novas instituições, em particular durante a gestão de Paulo Linhares com a construção de um sofisticado centro cultural e a criação de um instituto para formar profissionais da cultura, foi um esforço para reverter a distribuição dos bens culturais em um espaço geográfico socialmente hierarquizado.

Há no país uma concentração de bens e equipamentos culturais privados e públicos na região Sudeste e, secundariamente, na região Sul. A política de Linhares procurava fomentar a criação de uma indústria cultural regional e o Instituto Dragão do Mar era o grande catalisador dos esforços de implantação desta indústria, dando maior visibilidade ao campo cultural cearense e potencializando sua força de atuação.

A Secult, promovendo produtos e serviços reconhecidos como legítimos dentro do campo de produção cultural, procura qualificar e diferir a gestão dos Governos das Mudanças tanto de seus antecessores, quanto de seus concorrentes no contexto nacional. A política cultural assume, assim, a forma de signo distintivo do projeto mudancista.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, I. "Pensamento, palavras e obras", in: PARENTE, J. & ARRUDA, J. M. (orgs.). **A era Jereissati**. Modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, P. La distinción. Criterio y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus, 1998.

_____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARVALHO, R. "Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará", in: X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO. Anais... CD-ROM. Brasília: 2001.

_____. Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política. Campinas: Fontes, 1999.

DIÓGENES, G. "Ciro Gomes: percursos de uma imagem", in: PARENTE, J., ARRUDA, J. M. (orgs.). **A era Jereissati**. Modernidade e mito. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 2002.

ORTIZ, R. "Advento da modernidade?", in: KUNSCH, M. (org.). **Indústrias culturais e os desafios da integração latino-americana**. São Paulo: Intercom, 1993.

**O DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E
SUAS NOVAS CONEXÕES COM O DESENVOLVIMENTO:
a experiência da Secult no Ceará (2003-2006)**

Cláudia Sousa Leitão³

RESUMO

Esse artigo objetiva refletir sobre as sociedades contemporâneas, suas transformações e os significados da cultura nas novas concepções de desenvolvimento. Para isso, remete o leitor à experiência da Secretaria da Cultura do Ceará no Governo Lúcio Alcântara (2003-2006), no que se refere a programas e projetos de fomento ao empreendedorismo cultural, voltados ao fomento da indústria e artesanato criativo, advindos de políticas públicas que objetivam rever as tradicionais experiências de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Cultura, mundialização, empreendedorismo cultural, economia criativa, Secretaria da Cultura do Ceará, políticas públicas

ABSTRACT

The main purpose of this article is to reflect about the contemporary societies, their changes and the meanings of the culture in to the new patterns of development. It takes the reader into the experience of Ceará's State Culture Department (during Lúcio Alcântara's government – 2003/2006), about the increasement of cultural entrepreneurship programs and projects with stimulate the industry and creative handcraft work. These projects become from public polities that review the tradicional cases of development.

Keywords: Culture, globalization, cultural entrepreneurship, creative economics, public polities Ceará's State Culture Department

1 INTRODUÇÃO

Se buscássemos imprimir uma marca fundadora ao século XXI, poderíamos dizer que ele nasce sob o signo da desconstrução. Impossível ignorar a exaustão da crença da existência de uma razão universal e única, igual para todos os homens em todos os tempos, que fundamentou a organização das sociedades até o século passado. Dois grandes pilares fundamentaram o pensamento moderno: o primeiro diz respeito à construção racional do Estado-Nação; o segundo se refere à visão da cultura como produto desta razão universal e única, como um elemento superior definidor dos processos ditos civilizatórios.

Todos nós somos testemunhas do fracasso desses modelos. De um lado, nacionalismos produziram o terror e a intolerância, do outro, a visão de uma cultura ocidental

³ Professora Doutora - Vínculo Institucional: Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará-UECE.

hegemônica, conduziu-nos a genocídios, à escravidão e à exclusão. Vários são os sinais nesses novos tempos que nos indicam os extertores do “individualismo possessivo” a partir do qual se fundamentou a episteme moderna. Finda a fortaleza do “eu”, surgem incertezas de ordens diversas que exprimem a explosão de sociedades fundadas em novas bases. Referimo-nos à cultura dos sentimentos, cultura ora combatida, ora tolerada, depois aceita, por fim absorvida pelo corpo social (MAFFESOLI, 2005, p. 22). A Sociologia tradicional, estruturada através de projetos racionais unificadores passa, por sua vez, por processos de desconstrução, reestruturando-se a partir de novas categorias que dão conta das sensações coletivas, das efervescências criadoras que, por sua vez, originam novos ideais comunitários. Essa “estetização do social” se concretiza através das diversas formas de socialidade praticadas nos dias de hoje, socialidades cada vez mais lúdicas e hedonistas. Referimo-nos ainda à ênfase ao “vivido em comum”, ao “experimentado com o outro”.

Como vemos, os discursos monoteístas do racionalismo moderno, fundamentados na moral do “dever-ser”, desmoralizam-se no sentido etimológico da expressão, ou seja, abandonam o campo da moral em nome de uma nova realidade menos utilitária e mais imaginosa. Tempos de fusão entre existência e intelecto, corpo e espírito, arte e vida, tempos fundamentados em uma lógica contraditorial de convivência entre conquistas científicas e ódios ancestrais, tempos em que os avanços tecnológicos que forjaram a atual “sociedade do conhecimento” ou da “informação”, são tempos de pequenas utopias e grandes frustrações face aos grandes ideais modernos, posto que os mesmos não conseguiram garantir os princípios da liberdade de expressão, do pluralismo de idéias e do acesso de todos a estas mesmas conquistas.

A conferência Geral da UNESCO, logo após o dramático atentado do 11 de setembro de 2001, virá formatar a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”. Este documento ratifica o esforço dos países na construção de um diálogo intercultural, capaz de contribuir para uma cultura de paz entre os povos, considerando a diversidade cultural um patrimônio comum da humanidade. Identidade, diversidade, criatividade, solidariedade são as palavras-chaves desses novos tempos, palavras tradicionalmente presentes nos discursos artísticos que são emprestadas aos discursos políticos, econômicos, jurídicos ou sociais. Ao mesmo tempo, agências de desenvolvimento, tais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) passam a priorizar o financiamento de projetos, a partir da capacidade de mobilização do capital social e da dinâmica cultural específicos às populações às quais estes projetos se aplicam.

Ora, ao se levar em conta a diversidade cultural e a infinidade de sinergias que produzem novas socialidades, abole-se a concepção hierárquica do desenvolvimento, dando-se voz às populações que até então não constituíam parte integrante deste “capital social”. Vale aqui conceituar capital social a partir da visão de Pierre Bourdieu, ou seja, “um

atributo individual e coletivo de distinção e, com isso, de domínio dos membros das categorias privilegiadas”. O capital social, segundo o sociólogo francês se apóia no capital econômico (na segurança material), no capital cultural (no manejo do idioma) e no capital social (na constituição de relações). Estes capitais convertem-se, por sua vez, em um capital simbólico, instrumento maior da garantia de sobrevivência dos discursos dominantes (BOURDIEU, 1979, p. 241).

A primeira grande vinculação entre cultura e desenvolvimento propõe uma espécie de doutrina de predestinação de determinadas sociedades à pobreza ou à riqueza a partir de determinantes ditas culturais. É o que afirma Guy Hermet (2002, p.68):

A partir dos anos 80 começam a se produzir dois tipos de inversão dos sentimentos, não menos discutíveis, embora de sentido exatamente oposto: uma delas é fruto do fracasso da ajuda à África e a outra da popularidade que adquiriu, por compensação, a ação humanitária. De repente, graças a amálgamas abusivos sugeridos pelo primeiro desses fatores, tanto os programas de macrodesenvolvimento adotaram a aparência de ilusões onerosas e, às vezes, nefastas, alimentadas pela nostalgia colonialista das grandes potências ou pela inesgotável mas ingênua caridade de organizações vinculadas, em particular, às Igrejas... As organizações humanitárias difundiram a idéia de que os países pobres não tinham a possibilidade de sair de sua indigência a não ser por seus próprios esforços, com um mínimo possível de intromissão exterior, tendo em conta suas especificidades culturais.

Em 1999, em Paris, o Fórum “Desenvolvimento e Cultura”, organizado pelo BID, vai trazer novos significados a essas duas expressões. A cultura passa a ser percebida como uma matriz dinâmica das formas de ser, estar, se relacionar e perceber o mundo. Neste caso, como seria possível imaginar que os atores do desenvolvimento poderiam desinteressar-se por esta matriz ou mesmo negá-la? Deste modo, desenvolver não significa nada se compreendermos ou associarmos esta palavra a meras construções voltadas à infraestrutura das comunidades (saneamento, estradas etc). Faz-se necessário se refletir sobre as reações e intervenções das pessoas atingidas por estes benefícios para observarmos os impactos desses projetos no desenvolvimento humano das diversas comunidades.

O desenvolvimento não se resume, portanto, ao desenvolvimento econômico, embora o crescimento e a distribuição menos desigual da riqueza material sejam decisivos para a qualidade de vida dos indivíduos. O consumo exagerado de um país de um emirado rico em petróleo, por exemplo, não significa que sua população viva em um país desenvolvido, pois este insumo depende de importações condicionadas à uma renda que arrisca-se a ser efêmera. Ao mesmo tempo, o chamado desenvolvimento autocentrado, que pode aqui ser exemplificado por Cuba, também não permite saltos fundamentais para a riqueza de um país. Como se vê, desenvolvimento não se confunde com “desenvolvimentismo”, tônica da América Latina dos anos 50 e 60, expressão presente no discurso de inúmeras ditaduras militares em nosso continente.

Ora, vale a pena repensar os modelos de desenvolvimento a partir de uma nova sensibilidade sociológica. A desigualdade suscita desconfiança, assim como é produtora de uma lógica de distanciamento entre grupos e estratos sociais. E nós, habitantes de países em desenvolvimento, podemos nos perguntar: como reaver o capital social de comunidades excluídas, de ex-colônias submetidas à domesticação de suas culturas, despossuídas de auto-estima e de capacidade de mobilização?. Estas perguntas referem-se não somente a continentes desiguais como a América Latina ou a África, mas dizem respeito a todo planeta. Com os altos fluxos migratórios e uma economia globalizada, os países transformam-se em complexos *patchworks* culturais, espaços de eterna e conflituosa construção e reconstrução de identificações e sociabilidades.

Vale aqui enfatizar que, quando nos referimos à cultura, ou à diversidade cultural, nós não a restringimos à “cultura dita erudita”, ou ainda às atividades do espírito ou às linguagens artísticas, mas a interpretamos como uma matriz primordial de valores e comportamentos que dão sentido a vida de uma população. Nessa compreensão de cultura encontram-se os costumes cotidianos, as redes comunicacionais, as diversas expressões de solidariedade que através do espetáculo, dos ritos e das festas que “fazem religião”, servindo de cimento à construção das vidas em comunidade.

A compreensão reduzida dos significados da cultura contribuiu para a ausência de políticas públicas no setor cultural. Na agenda de desenvolvimento do Brasil, a cultura jamais foi tratada a partir de políticas públicas capazes de definir diretrizes e programas que contemplem uma concepção mais ampla do fenômeno cultural.

Seja no campo político, seja no acadêmico, é flagrante a lacuna de estudos e pesquisas acerca da economia da cultura capazes de esboçar um novo modelo de desenvolvimento que leve em conta a nossa riqueza e diversidade cultural. Diversidade cultural como substrato para o desenvolvimento local e regional, como cimento para a dignidade, cidadania, auto-estima.

2 A SECULT (2003-2006) E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR E ATRAVÉS DA CULTURA

Com o objetivo de construir uma nova concepção de desenvolvimento a partir e através da cultura, o Ceará publicou, no Governo Lúcio Alcântara, um Plano Estadual de Cultura disposto a enfrentar os desafios de um novo desenvolvimento para o Estado, que levasse em conta a riqueza e a diversidade do patrimônio cultural do Estado. Em nosso Plano Estadual da Cultura 2003-2006, definimos uma política pública em que a cultura fosse compreendida de forma transversal, estando presente em todos os eixos do governo: Ceará

Empreendedor, Ceará Vida Melhor, Ceará Integração e Ceará- o Estado a serviço do cidadão.

Eixo 1 - Ceará Empreendedor

Um dos aspectos mais relevantes da cultura neste novo século é a constatação de que as sociedades da informação, que privilegiam a indústria do lazer, do entretenimento e do mercado de bens simbólicos, movimentam uma economia cada vez mais significativa, criando empregos e redistribuindo renda. Não há como negar a existência de uma economia da cultura, constituída de amplas cadeias produtivas cujos elos merecem ser identificados e estimulados. Considera-se que o empreendedorismo cultural representa uma das importantes opções para o Estado, no sentido de permitir a reconfiguração do perfil do trabalhador cearense, que poderá desenvolver novos negócios e profissões voltadas ao mercado de bens simbólicos.

Eixo 2 - Ceará Vida Melhor

O plano de governo elege a melhoria da qualidade de vida dos cearenses como um dos seus eixos, compreendendo a cultura como elemento fundamental nesse processo. Experiências têm demonstrado que as ações culturais podem enfrentar o esgarçamento do tecido social das cidades. A violência urbana, o vandalismo, o tráfico de drogas, enfim, grande parte das mazelas das nossas sociedades poderia ser neutralizada a partir da compreensão de que a cultura conforma ações relativas a inúmeras pastas governamentais, como segurança pública, turismo, educação, saúde, esporte e juventude, desenvolvimento econômico etc. Por outro lado, a cultura poderá facilitar as ações públicas no sentido da regionalização, isto é, a cultura poderá rever a tradicional relação “centro / periferia”, revelando vocações regionais, revertendo a macrocefalia da capital em relação às diversas regiões do Estado.

Eixo 3 - Ceará Integração

A cultura constitui uma pasta estratégica na criação de canais de interlocução dos diversos grupos sociais, para que se atinja uma real integração entre regiões a partir da valorização do território. Pelo seu caráter transversal, a cultura deve ser compreendida como este instrumento facilitador das ações das diversas secretarias estaduais e municipais. Não se pode buscar integração entre regiões se não se compreender que todas elas, independentemente de terem alcançado bons índices de educação formal, são protagonistas de suas próprias culturas. É neste sentido que não se pode falar de “interiorização da cultura” como se pode falar de interiorização da indústria, do turismo da ciência e tecnologia etc.

Eixo 4 - Ceará- Estado a serviço do cidadão

A transversalidade da cultura também produz seus efeitos na gestão pública. A cultura é um campo fértil para criar sociabilidades, para originar laços de solidariedade e

fortalecer o sentimento de pertença a uma determinada coletividade. Assim, as ações culturais serão instrumentos para o estabelecimento do diálogo entre a sociedade civil e o poder público, auxiliando na construção de processos integrados e solidários, formando extensa rede de cooperação. Posicionar o Estado a serviço do cidadão é compreender a pluralidade de interesses, compreensão esta baseada no conhecimento das culturas locais. O campo cultural permite trabalhar as subjetividades, elementos fundamentais para a criação de “espaços de diálogo” com o diverso, na busca dos interesses coletivos.

Além das tradicionais indústrias fonográfica, cinematográfica, editorial, de software, e do setor de comunicação, devemos estender o raio das indústrias criativas ao mundo das artes, da cultura e da ciência e tecnologia. Neste sentido, os saberes e fazeres populares, as artes performáticas (a dança, o teatro), a literatura, as artes visuais, a música, a publicidade, o *design* são exemplos de setores que produzem bens e serviços para as indústrias criativas.

Estando a meio caminho entre a América do Norte, África e a Europa, o Ceará passou a construir novos caminhos e oportunidades de encontro entre culturas que nos enriquecem e renovam. A pobreza econômica não obsta a imensa riqueza da “artesanaria criativa” pois tem por maior insumo o vigor do seu imaginário, presente em no artesanato e na imensa diversidade de suas tradições populares.

Sabemos que no Ceará temos ainda um longo caminho a percorrer, no sentido de associar aplicação tecnológica ao capital social e intelectual de nossos artistas e produtores culturais. Em um mundo globalizado, cuja competição é acirrada e muitas vezes injusta, necessitamos profissionalizá-los, através da informação e da capacitação. Afinal, estamos conscientes que as indústrias criativas se materializam através de cadeias ou arranjos produtivos, cujos elos é preciso fortificar. Não há como pensar em desenvolvimento sustentável no setor cultural sem pensar nas diversas etapas entre a criação, a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços culturais. Se quaisquer destes elos se rompe ou não é devidamente considerado, corremos o risco de abortar o grande potencial de produção e distribuição de riquezas que estas indústrias podem provocar.

3 PROJETOS DA SECULT

Entre os programas do Plano Estadual da Cultura (2003-2006), apresentamos aqui projetos relativos ao fomento da economia criativa no Ceará. Gostaria de enfatizar a parceria da Secult com a Secretaria de Ciência e Tecnologia no Projeto “Mestres da Cantaria”, (formação de 600 horas) cujos professores vieram a Escola de Cantaria do Mosteiro de Batalha em Portugal. Nesse projeto trabalhamos na construção de uma incubadora com os profissionais formados no

curso em Limoeiro do Norte, acreditando que as diversas aplicações da pedra da cantaria, presentes no Vale do Jaguaribe, permitirão uma importante contribuição da cultura para o desenvolvimento regional. Também com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, nos Centros de Vocação Tecnológica construídos em cada macro região do Estado, a Secult ofereceu formação profissional em várias áreas atinentes à indústria criativa: cursos de desenho para histórias em quadrinhos em Limoeiro do Norte, de produção de curtas metragens em Limoeiro do Norte, Sobral, Juazeiro do Norte e Fortaleza (cursos de audiovisual modular e edição não linear), de design para a transformação do nosso artesanato em Fortaleza, Juazeiro do Norte e Itapipoca, de serigrafia artística e de desenho, de patchwork/bordados, pintura e gravura, além de oficinas de criatividade com joalheiros e aprendizes em Quixeramobim.

A política de editais em todas as linguagens artísticas (música, dança, teatro, literatura, artes visuais, audiovisual) e nas diversas manifestações culturais (gastronomia, festas populares etc) permitiu fomentar de forma contínua as diversas produções culturais do Estado, permitindo aos seus atores a possibilidade de aperfeiçoamento de seus produtos e serviços culturais, garantidos através de recursos do Fundo Estadual da Cultura na ordem de pelo menos 50%.

Consideramos ainda que nossa ação deve ter uma importante intersecção com o turismo. Por isso criamos 11 fóruns regionais de turismo e cultura em todo o Ceará, para que a indústria do turismo e da cultura possam otimizar suas ações promovendo de forma coordenada o desenvolvimento das diversas regiões cearenses. Assim, todos os nossos eventos estruturantes passaram a compor o calendário turístico do Estado: o Festival Música Popular Brasileira na Serra da Ibiapaba, o Festival Internacional de Violeiros, Trovadores e Repentistas no Sertão Central, o Encontro Mestres do Mundo no Vale do Jaguaribe, o Festival Nordestino de Teatro no Maciço de Baturité, a Festa do Livro no Litoral Leste, o Festival de Dança no Litoral Oeste, o Festival de Música de Câmara no Vale do Salgado, a Mostra Cariri das Artes.

Vale, por último, ressaltar a parceria da Secult com o Sebrae na área do empreendedorismo cultural. No Ceará, em cada feira do Sebrae, a Secult esteve presente numa ação de profissionalização de artistas e produtores culturais. O “Circuito Ceará de Cultura” tornou-se uma referência no que concerne o fomento aos arranjos produtivos das artes e da cultura assim como à produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais. O que observamos é que, gradativamente, essas feiras passam não somente a vender produtos agrícolas ou do setor de pecuária, mas também começam a agregar produtos simbólicos ou negócios culturais.

Temos um longo caminho a percorrer para o desenvolvimento das indústrias criativas. Certamente nosso modelo não será o proposto pelos países ditos desenvolvidos. Mas talvez possamos, nós brasileiros, ousar construir novos modelos, a partir de nossas

próprias experiências culturais. Poderemos, a partir e através da cultura, contribuir para os novos significados de desenvolvimento neste século, contribuindo de forma benfazeja para a tolerância e a solidariedade das relações humanas no planeta.

REFERÊNCIAS

ARIZPE, Lourdes (Org.) **As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica**. Brasília: UNESCO, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris, Lês editions de menuit, 1979.

CANCLINI, Nestor *et alii*. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAFFESOLI, Michel **O Mistério da Conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**, Porto Alegre, Sulina, 2005.

LEITÃO, Cláudia (Org.). **Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2003.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Plano Estadual da Cultura (2003 a 2006): Valorizando a Diversidade e Promovendo a Cidadania Cultural, Secretaria da Cultura do Ceará, 2003.

CIRCENSE ET PANIS:
o desafio do acesso ao livro enquanto entretenimento

Antonio Marcelo Cavalcanti Novaes⁴

RESUMO

Este artigo tem por objetivo a análise de dois programas de acesso a leitura através de bibliotecas públicas no período 2003 a 2006. A hipótese é que grande parte da população compreende a cultura como uma grande brincadeira e não como ferramenta de desenvolvimento e emancipação econômica. Conclui-se que o desafio das políticas públicas de leitura é dotar, a relação livro-leitor, da leveza e do envolvimento característicos do entretenimento.

Palavras-chave: Políticas culturais, livro, bibliotecas públicas.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze two reading access programs through public libraries, between 2003 and 2006. The hypothesis is that most of the people understands culture as a big amusement, not as a development and economic emancipation tool. The conclusion is that reading public policy is to provide, the relation book-reader, the lightness and entertainment characteristic involvement.

Keywords: Culture policy, Book, Public libraries.

1 INTRODUÇÃO

Não se pretende aqui fazer uma avaliação de uma política pública, levando em consideração os parâmetros: *ex ante* ou *ex post*. Tão pouco limitar-se as variáveis da eficiência, eficácia e efetividade. Pretende-se antes, ultrapassar os padrões limitantes de contraposição entre certo e errado, e ainda assim, não cair em relativismo infundáveis.

Pretende-se com este trabalho remontar um *campo editorial* (ou ao menos o posicionamento de um dos seus agentes). Pretende-se compreender programas que dizem respeito ao acesso ao livro no período da última gestão da Secretaria de Cultura do Ceará através das bibliotecas públicas que tem por tipo exemplar a biblioteca central que coordena o sistema de bibliotecas do Estado e os programas voltados para o assunto da gestão referida.

Entendendo a Biblioteca pública como centro de difusão cultural, de socialização do conhecimento e de formação de leitores, esses critérios foram estabelecidos no sentido de que este valoroso bem cultural possa cumprir seus objetivos de democratização do acesso ao livro e à leitura como meios para o desenvolvimento humano e à inclusão social. A biblioteca pública é um espaço de ação e de inclusão social através da democratização do

⁴ Sociólogo - Mestrando do curso de Políticas Públicas e Sociedade da UECE - Universidade Estadual do Ceará.

acesso ao livro e aos meios da leitura e difere-se das demais bibliotecas por seu caráter universalista e seu financiamento estritamente público.

Este artigo tem por objeto de análise dois programas de acesso a leitura da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará através de bibliotecas. Tal análise será feita sob a égide da seguinte pergunta de partida: o que fundamenta estes programas? Esta questão se desdobra nas seguintes questões norteadoras: Quais os desafios desses programas? Quais as falácias e pontos positivos que tais programas trarão para seu público alvo?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas resultam de um conjunto de intervenções que expressam os conflitos de interesses das camadas e classes sociais, como instrumento de uma luta pela detenção da hegemonia de um determinado campo da sociedade. A definição deste conceito exige mais do que este trabalho pode abranger. Em políticas culturais, a palavra cultura vem como adjetivo da política, como uma qualidade que lhe é empregado para obtenção de seus fins (EAGLETON, 2005). Logo, as *Políticas culturais* neste sentido, são os programas de intervenções e conjunto de iniciativas que não se dão de forma consensual, mas resultam de uma relação de forças interiores aos campos sociais cultural e político (BARBALHO, 2005).

Antes, cabe observar o caráter histórico e geográfico destas intervenções e conflitos, ou seja, compreender os elementos constituintes da democracia que permitem a construção das políticas públicas e sua recepção no Ceará.

Vai longe o tempo desde que Toqueville defendendo a democracia como maneira de ser da sociedade enxerga na soberania do povo a forma que há de impedir os abusos despóticos, o individualismo e a centralização do poder, tal soberania só seria possível a partir da participação política. Para Marx e Engels, o conceito de participação não pode ser encontrado de forma isolada, estando sempre articulado a duas categorias do pensamento marxista: lutas e movimentos sociais. Logo a participação para estes tem um caráter revolucionário e é força motriz da luta de classes, a participação torna-se destarte sinônimo de emancipação e de realização dos indivíduos. Tal concepção teórica encontra um contraponto nas idéias de Schumpeter onde, os únicos meios abertos de participação para os cidadãos, é o voto para o líder e a “discussão”. (PATEMAN, 1992).

Para Bobbio (1997), destas diferentes participações resultam em três níveis. A que é designada por “presença”⁵, a “ativação”⁶ e a “participação” no sentido estrito da

⁵ Forma menos intensa e mais marginal com comportamentos receptivos ou passivos.

⁶ O sujeito desenvolve uma série de atividades que lhe foram delegadas de forma permanente.

palavra. Esta última é reservada para os casos onde o indivíduo de fato interage de forma direta ou indireta no processo decisório político. A contribuição direta é muito restrita, já a indireta se dá na maior parte dos casos e acontece por meio da escolha de um dirigente. Para o autor este terceiro nível de participação só é atingido através do alargamento da democracia representativa onde, esta seja substituída por formas de democracias mais diretas. A democracia direta seria a participação de todos em todas as decisões sem nenhum intermediário ou representante. Porém, isto se mostra inaplicável em sociedades mais complexas. (BOBBIO, 2005)

Enfim, a literatura científico social e política tem dado enorme ênfase ao papel da participação política como meio para que se possa, ainda que de maneira indireta, ter parâmetros para interpretação das bases do processo de aprofundamento da democracia brasileira e também, da questão do envolvimento da sociedade no processo decisório sobre as políticas públicas no país, o que contribuiria para melhoria da eficácia e transparência dos serviços prestados pelo poder público (GOHN, 2001; DAGNINO, 2002).

Assim, desde de que a redemocratização se fez valer na prática política os entes federativos buscam neste elemento democrático que é a participação fundamentos para implementação de determinadas políticas públicas. Ampliando o termo o Estado passa a procurar os indivíduos para que estes participem dos processos decisórios e legitimem as atitudes estatais. Tal prerrogativa permeou diversas áreas e âmbitos governamentais e na área da cultura no Ceará não foi diferente.

O Estado do Ceará, através de seu Plano Estadual de Cultura (2003), definiu a parte que caberia a este princípio da participação almejada com a implementação de suas políticas:

[...] deve fomentar a integração e não a subordinação ou a homogeneização entre as culturas. Deve ainda evitar a perversão entre princípios culturais e os interesses vários que a ele se contrapõem, garantindo revitalização cultural das comunidades através de sua capacidade de autodeterminação, de auto-estima, de acesso à educação e de respeito à alteridade. (CEARÁ, 2003)

Não podendo exercer a participação em todos os âmbitos do espaço público, quer por características demo ou geográficas como visto anteriormente. Os indivíduos traçam estratégias alternativas delimitam áreas de atuação onde buscam espaço e representação para suas necessidades.

Estas áreas de atuação são inúmeras e dotadas de uma lógica própria, onde se visa deter ao menos nestas áreas e em face de quem dela participa o poder. Entendendo que seja a partir desta concepção que se traça uma estratégia de dominação por parte da camada hegemônica, as camadas sociais dominantes econômica e politicamente estruturam meios de desmobilizar e dominar as demais camadas, em suas variadas áreas de atuação.

Estes meios de dominação podem variar desde a forma de educação que é implementada, às artes e a organização política e, como no caso aqui proposto, o poder público em forma de seus equipamentos culturais. Para compreender de que forma se dá esta luta, este jogo, que tem por finalidade a premiação aos vencedores com a detenção do poder das áreas este trabalho se valerá da conceituação destas áreas enquanto *campos*.

Campos (BOURDIEU, 2005) são espaços sociais de relações objetivas e específicas, como capital, investimento, lucro e ganhos próprios, crença, jogo de linguagem, produtos materiais, simbólicos e hierarquia. Assim, tomando a noção de campo conforme exposta, pode-se adaptá-lo enquanto aparato instrumental metodológico e conceber um *Campo editorial*, com as relações objetivas comuns aos “campos” e especificidades da área editorial. Logo, esse seria o espaço relativamente autônomo de produção e circulação de bens materiais e simbólicos referentes ao sistema editorial (livros, bibliotecas, produtos políticos, conceitos, problemas, análises, leituras etc) com suas instituições e *agentes*.

Tais *agentes* (BOURDIEU, 2005) são sujeitos que lutam (jogam) pelo poder de conservar ou transformar os campos onde estão inseridos, ou seja, pela *dominação* (GRAMSCI, 2000). A capacidade de legitimação de visão de mundo, transformação ou conservação de preços materiais ou simbólicos, de alguns agentes (dominantes) em relação aos outros (dominados) do campo.

3 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE ACESSO NO CAMPO EDITORIAL

Analisar os programas voltados ao acesso a leitura através de bibliotecas públicas do Ceará significa remontar o campo editorial cearense a partir destes agentes, as bibliotecas. Tais agentes serão delimitadas como sendo os que formam o sistema estadual de bibliotecas, financiadas por verbas estaduais e com coordenação centralizada pela Biblioteca Menezes Pimentel. Assim para viabilizar a análise em questão manter-se-á o foco sobre esta biblioteca central o que permitirá neste breve trabalho discorrer um pouco sobre as formas de acesso ao livro, através de bibliotecas, que vem sendo adotadas historicamente no Ceará.

A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, foi inaugurada no dia 25 de março de 1867, com o nome de Biblioteca Provincial do Ceará, pelo tenente coronel João de Sousa Melo e Alvim, presidente da Província. Na época, foi instalada em um prédio recém construído para abrigar a Escola Pedagógica, situado à Praça Marquês de Herval, hoje José de Alencar. Seu acervo inicial foi de 1.730 volumes, dos quais 614 foram comprados pelo governo e 1.116 recebidos como doação de particulares.

Integra-se atualmente ao Centro Cultural Dragão do Mar, ocupando uma área de 2.272m², distribuídos em 5 pavimentos, um verdadeiro *coliseum*. Seu acervo, de aproximadamente 82.000 volumes, está em grande parte informatizado, isto é, registrado, catalogado e classificado através do software Arches-Lib de gerenciamento de bibliotecas, e posto à disposição da comunidade que tem uma freqüenta estimada em 10.000 usuários/mês.

Mantida pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura, a Biblioteca Pública está no prédio atual desde 1977, coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará, composto pelas 194 bibliotecas públicas municipais do Estado. Entretanto, esta descrição da grande nave mãe não corresponde a realidade das demais bibliotecas por ela coordenada, o que evidencia uma concentração de recursos neste equipamento central.

Com relação ao interior divergem as estatísticas acerca dos municípios que têm biblioteca pública. No Brasil estima-se que cerca de 1.000 municípios brasileiros localizados nas regiões mais pobres do território nacional ainda não têm uma biblioteca pública. No Ceará não há tanta diferença. Não há dados específicos sobre número de livrarias, editoras que atuem diretamente com o livro ou em outras áreas que não a literária⁷, enfim, sobre a área do livro e sua cadeia produtiva. Ainda assim, se estima através dos poucos dados levantados que a média do estado é de 1,04 de biblioteca por município (CEARÁ, 2003).

Um acréscimo à média observada em 2001 de 0,89 biblioteca por município (IPLANCE, 2001) porém as médias apresentam desvios e cabe a ressalva de que o saldo superior a 1 nas estatísticas são indicativos falaciosos de universalização de acesso ao livro nos municípios cearenses, posto que há municípios com mais de uma biblioteca.

O primeiro programa que será analisado, intitulado **Bibliotecas Regionais**, surge visando mudar este quadro de desigualdade de acesso ao livro no interior do Ceará. Constitui-se na implementação de bibliotecas de porte médio em um município de cada macrorregião do Estado. O porte médio é definido por seu acervo inicial de 20.000 títulos, entre obras gerais (literatura, ficção ou não), de referência (enciclopédias, almanaques etc) e infanto-juvenis; aparelho de TV e DVD; e uma ilha digital.

Por seu caráter regional, a escolha do município obedeceria aos seguintes critérios: capacidade para ser referencial e exercer liderança cultural na região, facilidade de acesso e comunicação com os outros municípios, infra-estrutura da área e localização física do terreno.

Quando o município dispõe de edificação de valor histórico, procura-se, como medida educativa e de valorização da história do Estado, restaurar esse patrimônio para

⁷ Como as editoras que se especializam na produção de livros de relação de médicos de planos de saúde, mapas, roteiros turísticos e etc.

abrigar a Biblioteca. Em 2006, foram inauguradas as bibliotecas de Aracati, Icó e Pedra Branca para atender, respectivamente, as regiões do Litoral Leste/Vale do Jaguaribe, Centro Sul/Vale do Salgado e o Sertão Central.

Cabe neste caso a reflexão acerca de onde entraria a população local e que tipo de participação esta descentralização acarretaria posto que o público alvo não participaria do principal que é a escolha do acervo ou menos do tipo de biblioteca, se específica ou não etc. Há de se indagar se os critérios de escolha do município, resultariam para a região uma conversão de capitais entre o campo político e o campo cultural, posto que, por falta de autonomia estes ainda encontram intrinsecamente ligados no interior do Ceará. Isto sem falar na reprodução da distinção entre cidades que tais critérios podem vir acarretar.

O segundo programa desta análise tem objetivos semelhantes ao das Bibliotecas Regionais e divergem nos seguintes aspectos: o lócus e o meio acesso utilizado. Assim, a **Biblioteca Volante** visa a ampliação do acesso a leitura, levando esse equipamento cultural até os bairros da periferia de Fortaleza, sobretudo àqueles lugares onde não existem bibliotecas públicas ou comunitárias. E se Maomé não vai a montanha, a montanha vai a Maomé.

E vai de ônibus, doado e adaptado para receber um acervo bibliográfico e uma ilha digital. Com acervo inicial de 1982 títulos para empréstimo e consulta e 2 computadores para pesquisa. Os títulos estarão distribuídos entre literatura infanto-juvenil (40%), obras de referência (10%) e obras gerais (50%). Essas últimas divididas entre obras de ficção e de não-ficção (25% para cada). Defendeu-se a idéia de biblioteca pública na composição do acervo, sendo este de cunho universalista, visando atender as diversas faixas etárias de leitores potenciais. É um equipamento cultural com uma programação agregada que busca fortalecer as ações de formação de leitores, como contação de histórias e oficinas.

O desafio deste tipo de programa é que o equipamento não gera um sentimento de identidade e pertença nas comunidades que atende, primeiro por sua mobilidade e segundo por falta de uma participação da população na composição do acervo e das ações, sendo esta participação meramente receptiva. Além disto há de se atentar para a depreciação do móvel (manutenção do ônibus) e do acervo (este problema vai desde a umidade até o zelo da população) num aspecto econômico.

4 CONCLUSÃO

A falta de dados relativos ao *campo editorial* é uma sintomática da falta de autonomia de um campo. Conota também sua falta de organização com relação a representação em busca de melhorias políticas. Apesar deste quadro o Ceará promove uma ruptura num ciclo de reprodução histórica sendo o segundo estado a criar uma lei específica para o livro, leitura e biblioteca, esta iniciativa tem como percussor o estado do Rio Grande do Sul.

As ações ora analisadas encontram respaldo oficial e baseiam-se na Lei do Livro do estado do Ceará, nº 13.549, de 23 de dezembro de 2004, artigo primeiro, se esforça por dinamizar e democratizar o acesso ao livro e à leitura como meio de difusão cultural, transmissão de conhecimento e fomento à pesquisa. Todavia por se tratar de um direito nascido de maneira verticalizada sem a participação ativa da população há de se levantar o questionamento sobre sua eficácia e não só, como também questionar-se como fazer com que este direito chegue ao seu público alvo.

Ainda é vigente a idéia de que se está fazendo um serviço público por ter como dotação verbas originárias de letras específicas do Estado. Porém a publicidade de uma coisa, qualquer que seja, depende diretamente de seu sentido para a maioria da população, do seu sentimento de pertença pela sociedade a quem se destina. O brocardo latino *panis et circense* atravessa os milênios provocando gestores e estudiosos de políticas públicas da atualidade. As arenas de luta como o *coliseum*, que atraíam milhares de pessoas na antiguidade, hoje se encontram representados pelos estádios de futebol que mesmo cobrando ingressos consegue cada vez mais público das mais variadas classes. Como modernizar e democratizar o acesso ao *coliseum* - biblioteca?

Conforme descrito por Canclini (2006), o processo de modernização da cultura têm quatro entradas, onde podemos citar a *interiorização* como sendo uma destas. Dando continuidade ao processo de modernização da cultura no Ceará (BARBALHO, 2005), a gestão do período delimitado deste trabalho focou este ponto do processo de modernização, a a interiorização, ainda não maximizado por seus antecessores. Esta interiorização logrou êxitos em mapear e cadastrar, remontar um campo cultural cearense e não só fortalezense. E apesar do conceito interiorização remontar ao antagonismo interior – capital, as políticas adotadas sob essa égide buscaram equilibrar também a relação centro – periferia na capital.

Esses programas são de extrema importância mas não só eles. Quem irá recebê-los? E como? É fundamental uma política de recepção. Isto principalmente em políticas culturais que dizem respeito a um direito imaterial que é o de construção própria de visões e interpretações de mundo. A inversão do brocardo citado, apresentando-se como *circense et panis* talvez constitua-se num primeiro passo em busca do envolvimento dos

potenciais leitores na construção e ocupação das bibliotecas, independente da forma em que se apresenta.

A maior falácia destes programas é também o maior desafio, encontrar a palavra geradora de envolvimento (BRANDÃO, 1986). E talvez esta palavra seja “entretenimento” num sentido de brincar já que no interior do Ceará as culturas são entendidas como uma brincadeira que tem seu tempo e atravessa gerações. Tal medida alivia a pressão de caráter “emancipador” que o livro carrega consigo, compreendendo que a emancipação de dos indivíduos não depende só da educação ou do acúmulo do saber.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. **A Modernização da Cultura: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará /1987-1998)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

BOBBIO, N.; MATTEUCHI, H & PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília, Ed.UnB, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

CANCLINI, Nestor Gracia. **Culturas híbridas**. 4ª Edição. São Paulo. EDUSP, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Plano Estadual de Cultura 2003- 2006**. Fortaleza, 2003.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo. Paz e Terra, 2001

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GOHN, Maria Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo, Cortez: 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. vol. 3: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2000.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.